

# POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO LITORAL DO PARANÁ

Resultados da pesquisa em curso  
GT01 – Ciência, Tecnologia e Inovação

## RESUMO

A região do litoral do Paraná, composta por sete municípios, é considerada subdesenvolvida e onde existe a exclusão social e digital. O objetivo da pesquisa é o de conhecer as formas de implantação das políticas públicas de inclusão digital, analisando se os programas de inclusão contemplam o desenvolvimento dos capitais social, cultural, técnico e intelectual. Para tanto, vem sendo realizada a pesquisa bibliográfica e análises dos programas de inclusão digital existentes nos setes municípios, enquadrando-os no modelo de Lemos e Costa (2005), que analisa os programas sob três categorias de inclusão: a técnica, a cognitiva e a econômica. Constata-se que maioria dos programas têm se concentrado na inclusão técnica, poucos na cognitiva e nenhum na inclusão econômica.

Simone Ferreira Naves Angelin<sup>1</sup>  
Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Inclusão Digital; Litoral do Paraná – Brasil; Políticas Públicas.

## 1 INTRODUÇÃO

Vivemos em um mundo globalizado, caracterizado pelas novas tecnologias de comunicação e informação (TICs), que contribuem para que as informações ultrapassem fronteiras e percorram territórios numa velocidade surpreendente, para chegarem ao usuário. Entretanto, no Brasil, “uma terra de desiguais em termos de oportunidades e de condição de vida (Silva & Bassi, 2012, p.15), as TICs não são acessíveis a todos, principalmente em regiões e municípios onde a pobreza é bastante acentuada. A administração pública brasileira, em suas diversas esferas, vem implementando políticas públicas manifestadas em programas e ações, visando a inclusão digital da população e a inserção dela na sociedade da informação. No entanto, a maioria delas não contempla a população como um todo. As desigualdades regionais são imensas, e dificultam que programas de inclusão digital cheguem com efetividade, sobretudo aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Ademais, tais programas, em geral, sob uma perspectiva meramente tecnocrática, visam apenas a ampliação do acesso à internet, limitando-se somente à dimensão técnica, não contemplando todo o processo de inteligência coletiva estudado por Pierre Lévy que fundamenta-se no desenvolvimento dos capitais social, cultural, técnico e intelectual como um todo. Ou seja, a inclusão digital envolve ações complexas, que não se restringem apenas à simples ação de formação técnica, mas que se fundamenta no “desenvolvimento das habilidades cognitivas, transformando informação em conhecimento, transformando utilização em apropriação” (Lemos & Costa, 2005, p. 09). Para estes autores, o capital

---

<sup>1</sup> Bacharel em Biblioteconomia, especialista em Arqueologia, história e sociedade, mestranda em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Servidora da Universidade Federal do Paraná –Setor Litoral

<sup>2</sup> Graduada em Administração de Empresas e/ou Pública, mestrado em Engenharia da produção, doutorado em Desenvolvimento Econômico, docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, no Departamento de Gestão e Economia da UTFPR e no Programa de Mestrado Profissional em Planejamento e Governança Pública (PGPGP).

técnico é importante na ação de incluir, mas não o único. Assim, a perspectiva meramente tecnocrática deve ser abandonada, já que a inclusão digital envolve ações complexas, que devem contemplar sempre os capitais técnico, cultural, social e intelectual como um todo.

A problemática de políticas públicas de inclusão digital no Brasil em geral nos chama bastante a atenção e estimulou a realização deste estudo, pensando, particularmente na realidade dos municípios do litoral do Paraná. A região do litoral do Paraná é composta pelos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná, compreendendo uma área de 6.022,493 km e uma população em torno de 245.845 (Instituto Brasileiro Geografia e Estatística [IBGE], 2010). Em termos históricos, o Litoral do Paraná destaca-se pela sua importância na colonização do Paraná, abrigando algumas das cidades mais antigas do estado. As primeiras colonizações ocorreram com os portugueses e são datadas do século XVI e, mais tarde, no século XVII, foram encontrados em Antonina os primeiros vestígios de ocupação humana da região em sambaquis. Além da colonização portuguesa, a região tem registros de habitantes primitivos como os índios Tupiniquins e Carijós que contribuíram diretamente para os nomes de cidades, balneários e atrativos da região.

Atualmente, o litoral do Paraná, por ser uma região turística, em virtude de sua diversidade de ecossistemas e de suas belezas naturais, tem como principal atividade econômica a prestação de serviços. Contudo, embora existam políticas públicas de cunho social, consiste numa região subdesenvolvida, reconhecida como uma das mais pobres do estado, onde ainda persiste a exclusão social e, atualmente, a crescente exclusão digital, apesar da política de implantação de telecentros (Estades, 2003).

Diante da atualidade do tema, o propósito deste estudo é o de conhecer o conteúdo e as formas que são implantadas as políticas públicas voltadas para a promoção da inclusão digital nos municípios do litoral do Paraná, com a perspectiva de compreender se elas fundamentam-se no desenvolvimento dos capitais social, cultural, técnico e intelectual como um todo. Buscamos contribuir para com a administração pública na proposição de ações e programas que contemplem a construção do conhecimento com a apropriação crítica da tecnologia, atendendo às necessidades da população local e, ainda, promovendo um desenvolvimento contínuo e sustentável, contribuindo na melhoria da qualidade de vida da população, através da redução das desigualdades sociais e econômicas.

A pesquisa encontra-se em desenvolvimento e utiliza como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica, que possibilita realizar diálogos com autores que discutem temas relacionados à temática em questão. Também já foram levantados e analisados até o momento oito programas de inclusão digital no litoral do Paraná. Salienta-se ainda que este estudo faz parte da pesquisa do mestrado em Planejamento e Governança Pública, realizado na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, sob orientação da professora doutora Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza.

Os resultados parciais demonstram que os projetos de inclusão digital levantado, em geral, não têm como propósito desenvolver os capitais social, cultural, técnico e intelectual como um todo nos cidadãos, já que a maioria deles atuam sob a perspectiva tecnocrática, visando mais a universalização da tecnologia e menos a apropriação crítica dela.

## **2 PROBLEMATIZAÇÃO**

De acordo com Helou, Lenzi, Abreu, Saiss e Santos (2011), em virtude do advento das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), a sociedade exige cada vez mais a inclusão digital da população. Contudo, no Brasil, um país marcado por desigualdades sociais e regionais, faz-se necessário promover políticas públicas de inclusão digital, disponibilizando Internet gratuita, implantando telecentros e, sobretudo, capacitando toda uma comunidade, visando facilitar o desenvolvimento pleno das pessoas e o seu enriquecimento social, cultural e econômico. Segundo

Almeida & Paula (2004), a exclusão digital pode ser vista por vários ângulos: “tanto pelo fato de não ter um computador, ou não saber utilizá-lo ou ainda por falta de um conhecimento mínimo para manipular a tecnologia com a qual se convive no dia-a-dia” (p. 56). E, nesse sentido, a exclusão digital, reflexo e perpetuadora, ao mesmo tempo, da exclusão social, distancia, cada vez mais, a sociedade brasileira da sociedade da informação.

A sociedade da informação, segundo Matos e Santos (2009), é caracterizada pela difusão e apropriação dos recursos tecnológicos, capazes de solucionar os mais diversos problemas sociais e econômicos, possibilitando a melhoria na qualidade de vida, aumento da renda e possibilidade de melhores empregos.

Destarte, a emergência da sociedade da informação implica, no Brasil, na criação de políticas públicas e ações do Estado que possibilitem a inclusão digital. Isto porque a implementação das TICs, base da sociedade da informação, ocorre em um contexto marcado por inúmeros processos de exclusão social. Para Almeida e Paula (2004), esta exclusão social leva as pessoas a viverem à margem da sociedade informatizada, dificultando ou impedindo-as de executar tarefas que foram simplificadas pelas novas tecnologias. A impossibilidade da utilização das novas tecnologias de informação, como a internet, por exemplo, priva algumas pessoas e comunidades da obtenção de maior conhecimento e troca de informações, o que as enriqueceria cultural, social e economicamente. “Neste cenário, com o objetivo de reduzir a infoexclusão, é preciso criar meios para que a população tenha acesso a essas tecnologias” (Almeida & Paula, 2004, p. 02).

Assim, é dever da administração pública constituir políticas públicas voltadas especificamente para esse fim. Tais políticas públicas devem ser manifestadas em programas, projetos e ações, visando trazer benefícios e desenvolvimentos para a sociedade. Para os autores, o sucesso das políticas públicas voltadas para a inclusão digital depende muito da forma que elas são executadas e de seu conteúdo. Não basta apenas apresentar para as pessoas as tecnologias. É necessário instruir e capacitá-las e fazê-las compreender de que forma as mesmas podem contribuir para a execução de atividades e incrementarem o capital intelectual.

Por sua vez, Matos e Chagas (2008), salientam que a consolidação da inclusão digital via políticas públicas depende, além da disponibilidade de TICs, da existência de trabalho e renda e, primordialmente, de educação que capacite as pessoas a operar e compreender os conteúdos gerados pelas TICs. O resultado dessas ações seria a ampliação da cidadania, uma melhor inserção das pessoas no mercado de trabalho e o progresso das pessoas em termos de educação formal, promovendo o pensamento crítico, a melhoria da formação sociocultural e a participação efetiva do indivíduo na sociedade da informação.

Nesta mesma linha, Lemos e Costa (2005), afirmam que políticas públicas de inclusão digital devem contemplar necessariamente o processo de inteligência coletiva que se fundamenta não apenas no desenvolvimento do capital técnico, mais inclui também o desenvolvimento dos capitais social, cultural e intelectual. A inclusão digital não deve orientar-se meramente por uma perspectiva tecnocrática, que valoriza somente a dimensão técnica. É certo que a universalização da internet e formação técnica dos indivíduos são importantes nesse processo. Mas são incapazes de incluir sozinhos. A inclusão digital e social envolve capacidade da apropriação crítica dos meios. Nas palavras de Lemos e Costa (2005, p. 13), “trata-se de criar condições para o desenvolvimento de um pensamento crítico, autônomo e criativo em relação às novas tecnologias de comunicação e informação”.

Diante deste contexto, ao focalizar a análise acerca da realidade social do litoral paranaense, será que as políticas públicas de inclusão digital pensadas e implementadas nos municípios buscam apenas a universalização do acesso às novas tecnologias de informação, especialmente à internet e a formação técnica, sem, contudo, contemplar o processo de inteligência coletiva que fundamenta-se no desenvolvimento dos capitais social, cultural, técnico e intelectual como um todo? É esta problemática que procuramos resolver.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo Geral**

O presente estudo focaliza sua análise na realidade social da região litorânea do Paraná, reconhecida como uma das mais pobres do estado, objetivando compreender como se desenvolve a elaboração e implementação de políticas públicas de inclusão digital.

#### **3.2 Objetivos Específicos**

- Verificar a incidência, a forma e o conteúdo das políticas públicas de inclusão digital desenvolvidas no litoral do Paraná;
- Verificar se as políticas públicas de inclusão digital fundamentam-se no desenvolvimento dos capitais social, cultural, técnico e intelectual como um todo.
- Verificar se existe projeto de inclusão digital fomentado pela iniciativa privada, terceiro setor e ONGs em parceria com a administração pública;

### **4 PROPOSTA METODOLÓGICA**

Para a efetivação deste estudo, trabalhamos inicialmente com a pesquisa bibliográfica. Almeida Júnior define pesquisa bibliográfica como sendo “a atividade de localização e consulta de fontes diversas de informação escrita, para coleta de dados gerais ou específicos a respeito de determinado tema” (1994, p.100). Desse modo, estão sendo realizados diálogos com autores que analisam temas relacionados à temática em questão, contemplando autores que discutem a noção de políticas públicas; planejamento e governança; instituição pública; infoexclusão; inclusão digital; tecnologias de informação e comunicação; exclusão social; sociedade da informação, dentre outras temáticas relevantes para a pesquisa. A pesquisa bibliográfica permite uma análise sistemática e fundamentalmente interpretativa da temática em questão (Elias, 2000).

Também está sendo realizado o mapeamento dos projetos de inclusão digital no litoral paranaense. Os projetos já mapeados estão sendo enquadrados no modelo de análise de inclusão digital induzida desenvolvido por Lemos e Costa (2005), que inclui três categorias de inclusão: a técnica, a cognitiva e a econômica. O objetivo é verificar se eles contemplam o desenvolvimento dos capitais social, cultural, técnico e intelectual como um todo.

Posteriormente, pretendemos a realização de entrevistas com as autoridades governamentais dos sete municípios do litoral do Paraná, com o objetivo de compreender a incidência, quais são e de que forma são implementadas as políticas públicas de inclusão digital. Par tanto, visamos construir roteiros de entrevistas semiestruturados, bem como serão agendadas, com bastante antecedência, as entrevistas. Visitas e observações aos programas também serão realizadas. Finalmente, será feita a análise de todo material coletado mediante as técnicas de pesquisas empregadas.

### **5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL**

No Brasil, as TICs ainda não atingem a população em sua plenitude. Muitos são os excluídos, que não têm acesso às informações que estão nos meios digitais. Essa realidade, em geral, está fortemente relacionada à problemática da exclusão social. O país ainda é marcado por desigualdades sociais e regionais. De acordo com Rocha (2000), o Brasil constitui-se em um país com renda

suficientemente elevada para garantir o bem estar de sua população. Contudo, sua riqueza é muito mal distribuída, privilegiando poucos e excluindo a grande parcela da população da participação do processo de riqueza e, sobretudo, da utilização dos recursos tecnológicos, como a internet e outras tecnologias de informação e comunicação.

A incidência da pobreza e da exclusão social e, agora, digital, decorre sobretudo da forte desigualdade na distribuição da riqueza nacional. Indo mais a fundo, para Lemos e Costa (2005), a exclusão social tem forte relação com a exclusão digital. A inclusão digital pode ser considerada um facilitador para outras inclusões, como socioeconômica. Analisando por essa ótica, a falta de ações promotoras da inclusão digital poderá aumentar a exclusão social. Sendo assim, a inclusão digital tem que ser vista como tática, também, para a inclusão social dos grupos mais desprovidos socioeconomicamente, promovendo, dessa forma, uma melhor harmonização entre as camadas da sociedade. É ela também capaz de levar a inserção de todos à sociedade da informação.

As mazelas sociais e a exclusão digital dificultam o acesso do país à chamada “Sociedade da Informação”. Em linhas gerais, sociedade da informação pode ser compreendida como aquela caracterizada pelo uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação (TICs), onde a informação passa a ter um valor cada vez maior. A sociedade da informação comumente é chamada, também, de sociedade do conhecimento, cibercultura e sociedade digital. (Lemos & Costa, 2005). A entrada do Brasil na sociedade da informação depende enormemente da inclusão digital de toda a população. Entende-se por inclusão digital o acesso de todos à informação que está nos meios digitais e que “possibilita a assimilação e reelaboração dessas em novos conhecimentos, tendo como consequência desejável a melhoria de qualidade de vida das pessoas” (Helou. et.al, 2011: p. 03).

No Brasil, em 15 de dezembro de 1999, através do Decreto Presidencial nº 3294, foi instituído o Programa “Sociedade da Informação” (Takarashi, 2000). Seu objetivo é integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, para que, dessa maneira, possam ser inseridos todos os cidadãos brasileiros na sociedade da informação. Após o decreto, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), lança oficialmente em 2000 o “Livro Verde”, no qual é apresentada uma espécie de plano diretor, com análises e diretrizes para a implantação de ações objetivando o desenvolvimento social com inclusão digital. A partir desse momento, políticas públicas foram implementadas no Brasil e várias ações do Estado foram surgindo, visando a alfabetização e inclusão digital. Compreende-se por políticas públicas um conjunto de ações promovidas pelo governo que produzem efeitos específicos e influenciam a vida dos cidadãos. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, na perspectiva de produzir efeitos e mudanças na sociedade. Assim, as políticas públicas depois de pensadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas e projetos (Helou. et.al, 2011; Souza, 2006).

Segundo Helou et. al (2011), a administração pública, especialmente na esfera federal, vem constituindo políticas públicas manifestadas em programas, projetos e ações, voltadas para a redução da infoexclusão, criando meios para que a população tenha acesso às novas tecnologias de informação e comunicação. Como exemplo, pode-se citar o Programa de Inclusão Digital do Ministério da Ciência e da Tecnologia, que visa implantar Centros de Inclusão Digital. Contudo, boa parte dessas políticas públicas e de seus programas e ações é pontual e bastante restritiva, não atingindo totalmente a grande massa de indivíduos excluídos socialmente. Além disso, tais ações se restringem a uma política de universalidade do acesso à Internet, promovendo cursos que ensinam o indivíduo a usar as novas tecnologias disponíveis, mas que não contemplam a construção do conhecimento com a apropriação crítica da tecnologia capaz de promover mudança comportamental no indivíduo e no seu grupo social.

A inclusão digital promovida pelo Estado, ao mesmo tempo em que deve envolver a universalização do acesso às tecnologias de informação e comunicação e a formação técnica, também deve contemplar apropriação crítica das tecnologias e políticas de inclusão social, através de promoção

da educação, geração de emprego e de renda, contemplando, assim, os capitais técnico, intelectual, cultural e social e como um todo. Também envolve a oferta de “atividades contextualizadas às características dos grupos sociais envolvidos de modo que a utilização da tecnologia seja feita de maneira conexa ao modo de vida desses indivíduos e grupos e às suas necessidades”, promovendo a troca de experiências entre indivíduos mediadas pela tecnologia (Schwarzelmüller, 2010, p. 02).

Existem alguns fatores que colaboram ou obstinam as ações de inclusão digital no Brasil. Primeiramente, o debate acerca da inclusão digital é mais intenso nas grandes cidades e nos principais centros urbanos, embora não se exclua o espaço rural e as pequenas cidades ou as regiões mais distantes. Contudo, estes últimos ficam mais ausentes e têm maior dificuldade de participar das discussões. Tal dificuldade será maior quanto mais afastada estiver a comunidade dos grandes centros urbanos. Além do afastamento geográfico dos grandes centros, existe outra problemática: a estruturação dos municípios. Em geral, diante das disparidades regionais, os municípios recebem de forma desigual os recursos, o que prejudica justamente àqueles localizados em regiões mais carentes e mais distantes dos centros urbanos, que acabam recebendo menos investimentos de várias ordens e, particularmente voltados para projetos e ações de inclusão digital por parte do setor público e da iniciativa privada. A falta de investimento compromete o desenvolvimento de habilidades para o uso e acesso às TICs, fator que colabora para com a exclusão digital (Lemos, 2004).

Há outras dificuldades que corroboram com a exclusão digital. Graham (Lemos, 2005), afirma que existem cinco dificuldades para a democratização das tecnologias de informações e comunicação, a saber: 1. Uso das tecnologias de informação e comunicação de uma forma invisível e individual, de forma privada; 2. As tecnologias tendem a ser apropriadas por aqueles que se encontram no topo da hierarquia social, representando “extensão do poder social, econômico, cultural e geográfico de grupos já conectados” (p. 3); 3. Existe uma conexão entre as TICs, as desigualdades regionais urbanas e o crescimento do poder das grandes corporações; 4. A intensificação do capitalismo global tem como uma lógica perversa a polarização e fratura social, onde as TICs desempenham um papel facilitador; 5. A constituição da lógica neoliberal centraliza o poder nas instituições e grupos que acabam dominando o campo tecnológico, bem como o curso de capital, de infraestrutura e propriedade intelectual.

## **6 A INCLUSÃO DIGITAL E A VALORIZAÇÃO DOS CAPITAIS**

A inclusão digital deve ir além da universalização da tecnologia. O consenso adotado é a necessidade da inserção das pessoas na sociedade da informação, de se incluir digitalmente. Mas, a problemática está na forma: como será realizada a inclusão? Este é o grande no qual as sociedades se esbarram na atual conjuntura. O que se observa são ações de inclusão digital sem questionamentos e realizadas de acordo com a perspectiva tecnocrática (Lemos & Costa, 2005). Ou seja, se realiza ações de inclusão digital via universalização da tecnologia, mas sem apropriação crítica da tecnologia. Ações que agradam “algumas empresas, ONGs e tecnoutópicos que vão nos vender, sob essa ideologia, mais e mais ‘novidades’ tecnológicas” (Lemos e Costa, 2005, p. 6).

O conceito de inclusão digital deve ser mais abrangente, indo além da utilização da tecnologia. O que se observa hoje, de uma forma geral, são iniciativas de disponibilização da tecnologia e cursos para aprender a manipular determinados softwares e a navegar na internet. Pensando a inclusão digital de forma mais complexa, Lemos e Costa (2005) afirmam que o processo de inclusão deve ser visto como uma ação que tem como propósito a ampliação dos capitais “técnico, cultural, social e intelectual.” (p. 9). O capital cultural é a memória da sociedade; o social é a qualidade e consistência das relações sociais; o intelectual a competência de cada um, valor da propriedade intelectual; por fim, o técnico é a potência da ação e da comunicação, ou seja, panorama geral do estado das técnicas, das redes de transporte e de comunicação, bem como das mídias, dos computadores, softwares, dentre outros. Além desses capitais, o processo de inclusão deve ser analisado sob os indicadores econômicos

(condição financeira de acesso as novas TICs), cognitivos (capacidade de visão crítica e de apropriação das TICs, transformando informação em conhecimento), e técnico (conhecimentos operacionais necessários para operar as tecnologias. (Lemos & Costa, 2005; Lemos, 2004). O processo de inclusão, necessariamente, tem que estar sob o égide destes quatro capitais, para que, dessa forma, possam ser promovidos processos de valorização e desenvolvimento da inteligência coletiva, já que a mera universalização das tecnologias não irá resolver o problema da exclusão digital.

Lemos e Costa (2005), em seu modelo de inclusão, parte do pressuposto que existem duas formas de inclusão: a inclusão espontânea e a inclusão induzida. A inclusão espontânea é aquela em que as pessoas que vivem nas cidades maiores acabam tendo que utilizar, queiram elas ou não. São tipos de tecnologias que fazem parte dessa inclusão: os caixas de banco, os *smart cards*, os cartões eletrônicos, etc. Já a forma induzida é aquela na qual são criados espaços, projetos, dinâmicas educacionais através de iniciativas públicas, privadas ou do terceiro setor. Compreendem os telecentros, cybercafés, SACs, ONGS, etc. Tem como propósito a indução, a formação, o acesso e o manuseio das novas tecnologias de comunicação e informação.

O modelo de inclusão digital de Lemos e Costa (2005) é melhor elucidado de acordo com o quadro abaixo:

## QUADRO 1 - MATRIZ DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL

### Inclusão digital

#### Espontânea

Formas de acesso e uso das TICs em que os cidadãos estão imersos com a entrada da sociedade na era da informação, tendo ou não formação para tal uso. A simples vivência em metrópoles coloca o indivíduo em meio a novos processos e produtos em que ele terá que desenvolver capacidades de uso das TICs. Como exemplo podemos citar: uso de caixas eletrônicas de bancos, cartões de crédito com *chips*, *smart cards*, telefones celulares, etc.

#### Induzida

Projetos induzidos de inclusão às tecnologias eletrônicas e às redes de computadores executados por empresas privadas, instituições governamentais e/ou não governamentais.

Três categorias de Inclusão Digital Induzida:

**Técnica** - Destreza no manuseio do computador, dos principais *softwares* e do acesso à Internet. Estímulo do capital técnico.

**Cognitiva** – autonomia e independência no uso complexo das TICs. Visão crítica dos meios, estímulo dos capitais cultural, social e intelectual. Prática social transformadora e consciente. Capacidade de compreender os desafios da sociedade contemporânea.

**Econômica** - capacidade financeira em adquirir e manter computadores e custeio para acesso à rede e *softwares* básicos. Reforço dos quatro capitais (técnico, social, cultural, intelectual).

FONTE: LEMOS; COSTA, (2005, p. 10)

Neste artigo, analisamos programas e projetos de inclusão digital no litoral do Paraná seguindo o modelo de análise desenvolvido por Lemos e Costa (2005). Eles foram ponderados sob a ótica dos projetos induzidos de inclusão, ou seja, segundo aqueles espaços de inclusão criados através de iniciativa pública, privada e terceiro setor. Além do que a análise se deu, também, através de três categorias de inclusão: técnica, cognitiva e econômica.

### 7 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS PROGRAMAS/PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL NO LITORAL DO PARANÁ

Foi possível levantar os principais programas/projetos que visam a inclusão digital no Litoral do Paraná, através do mapa da inclusão digital do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia [IBICT]. Este mapeamento é de grande importância para que se possa conhecer a realidade da inclusão digital nos municípios litorâneos, sendo uma formidável referência para a pesquisa que



vem sendo desenvolvida. Segue abaixo o mapeamento dos principais programas/projetos, contendo o nome da instituição promotora e seus objetivos:

**Telecentros Comunitários Banco do Brasil** – programa da Fundação Banco do Brasil que tem como objetivo implementar telecentros comunitários, além de fornecer treinamentos aos monitores, cursos à distância, bem como incentivo a pesquisa escolares.

**Paranavegar - Governo Estado Paraná** – da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (SEAE)/Governo do Estado do Paraná. Programa operacionalizado pela CELEPAR (Companhia de Informática do Paraná) em parceria com as prefeituras e associações. O objetivo do programa é disponibilizar computadores com acesso à Internet, além de formar os agentes locais, pessoas da comunidade que se interessam pela articulação com seu meio.

**Projeto Maré** – SEAP/PR - projeto de iniciativa do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, através da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) em parceria com o Banco do Brasil e o Ministério das Comunicações. Tem como objetivo a capacitação das comunidades pesqueiras no uso das TICs, potencializando a organização das comunidades e sua inserção no universo digital.

**GESAC**- Departamento de Serviços de Inclusão Digital/Ministério das Comunicações (MC), considerado uma das maiores ações de inclusão digital já implementada pelo governo federal, sob a coordenação do Ministério das Comunicações através da Secretaria de Inclusão Digital (SID/MC). Tem por objetivo promover a inclusão digital através dos Telecentros, disponibilizando equipamentos de informática, conexão à Internet, além de formação para monitores.

**TIN** – Telecentros de Informação e Negócios - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC - através da implementação de telecentros, objetiva a inserção digital do microempresário, com o intuito de promover sua capacitação e treinamento, estimulando sua capacidade empreendedora e competitiva, resultando em novos empreendimentos.

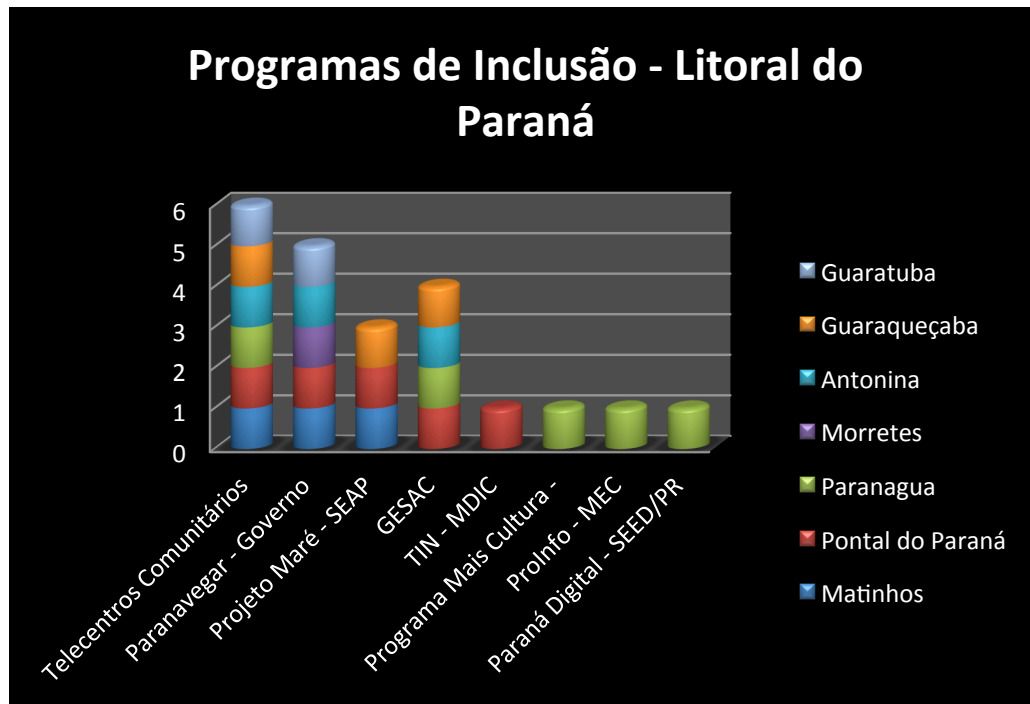
**Programa Mais Cultura** – Minc Ministério da Cultura (Minc) - programa que objetiva levar computadores com internet às bibliotecas públicas municipais.

**ProInfo** – Programa Nacional de Tecnologia Educacional - Ministério da Educação/MEC – programa cujo objetivo é a promoção da informática por toda a rede pública de educação básica, através da implantação de telecentros, nos quais são disponibilizados computadores, internet e conteúdos educacionais.

**Paraná Digital** - SEED/PR (Sec. Est. da Educação do Paraná) - objetiva a difusão das novas tecnologias de informação e documentação aos professores e alunos da rede pública de educação básica do Paraná, através de ambientes virtuais que propiciam a criação e interação das informações produzidas nestes espaços; visa, também, a atualização e expansão dos laboratórios de informática.

Através do mapeamento, foi possível observar a incidência de cada programa/projeto nos sete municípios do litoral paranaense, conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 1 – INCIDÊNCIA DOS PROGRAMAS DE INCLUSÃO DIGITAL

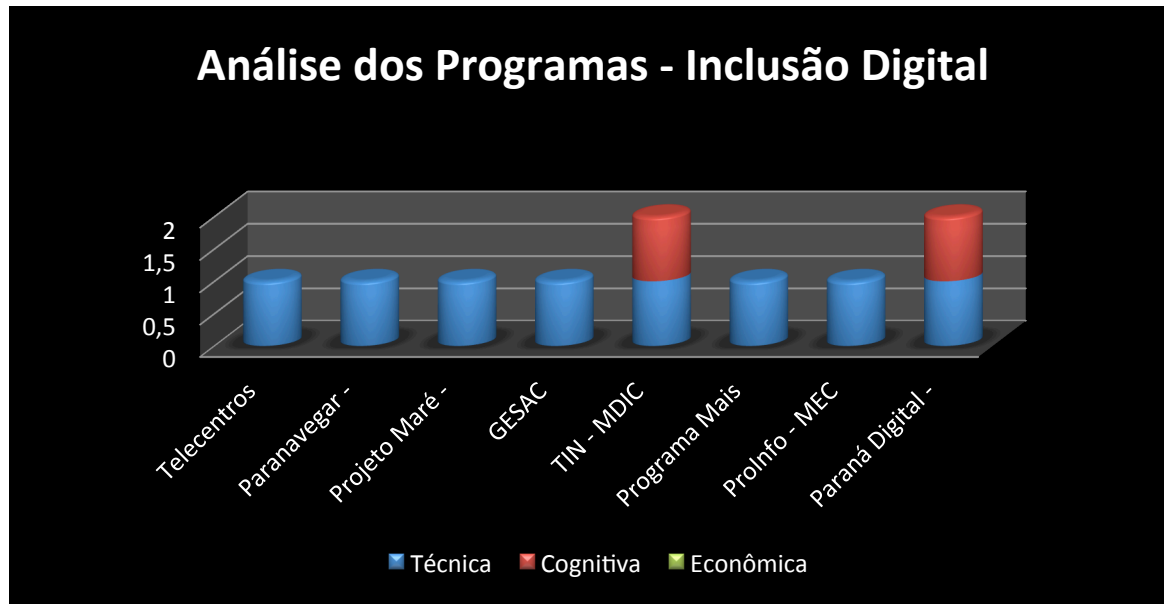


FONTE: As autoras (2013)

O gráfico revela que o programa Telecentros Comunitários Banco do Brasil é o que tem uma maior abrangência, agindo em seis dos sete municípios estudados, não atuando apenas no município de Morretes. Em segundo lugar, aparece o programa Paraná Navegar que tem atuação em cinco municípios, não desenvolvendo ações apenas em Paranaguá e Guaraqueçaba. Já o GESAC é desenvolvido em quatro municípios: Pontal do Paraná; Guaraqueçaba; Antonina; e Paranaguá. O Projeto Maré desenvolve seu programa em Matinhos; Pontal do Paraná e Guaraqueçaba. O programa TIN restringe sua atuação em Pontal do Paraná. Por fim, o Programa Mais Cultura, o ProInfo e o Paraná Digital estão restritos ao município de Paranaguá. Através destes dados é possível constatar que alguns municípios estão melhores providos de projetos de inclusão digital, independente da sua densidade populacional, fato que poderá contribuir mais contundentemente com a efetividade da inclusão dos moradores desses municípios.

Tendo compreendido os objetivos e a abrangência dos principais programas e projetos de inclusão digital existentes no Litoral do Paraná, foi possível aplicar o modelo de análise de inclusão digital na forma induzida, proposto por Lemos e Costa (2005), conforme demonstra o gráfico 2, e verificar se eles têm ou não como propósito desenvolver os capitais social, cultural, técnico e intelectual como um todo nos cidadãos.

## GRÁFICO 2- ANÁLISE DOS PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL NO LITORAL DO PARANÁ



FONTE: As autoras (2013)

Utilizando o modelo de análise de Lemos e Costa (2005), verifica-se que o foco principal dos programas e projetos de inclusão digital no litoral do Paraná se concentra na inclusão técnica, que visa proporcionar a comunidade maior destreza no manuseio de hardwares e softwares. Esta é uma ação bastante difundida nos projetos que têm sido fomentados. Com menor incidência, se concentra a inclusão cognitiva, fazendo presente em dois projetos analisados. Esta inclusão consiste na possibilidade de apropriação crítica da tecnologia, que estimula os capitais social, cultural e intelectual. Portanto, a inclusão cognitiva é capaz de levar a apropriação crítica da realidade, promovendo a transformação do indivíduo. De acordo com Costa (2011, p. 117), os “processos cognitivos da inclusão digital mostram-se tão ou mais importantes que o aspecto técnico do uso da nova tecnologia”. Por fim, a análise é finalizada com a inclusão econômica. Foi verificado nos programas e projetos de inclusão digital no litoral do Paraná que nenhum deles contempla a inclusão econômica, sendo esta inclusão importantíssima para o fortalecimento dos capitais técnico, social, cultural e intelectual. Através da inclusão econômica é possível que os cidadãos tenham capacidade financeira para comprar/manter os equipamentos necessários. A inclusão econômica também se concretiza quando existem programas e/ou projetos que visem custear a aquisição de equipamentos, através da redução dos custos e melhores formas de financiamento, voltados para a população de baixa renda, além do “custeio para o acesso à rede (formas de baratear o custo do acesso à internet, que pode acontecer nas suas diversas formas de conexão: telefone; provedor de acesso; internet a cabo; internet a rádio; *Wi-Fi*; etc.)” (Costa, 2011, p. 115).

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos projetos de inclusão digital vem demonstrando que existem projetos voltados para a inclusão nos municípios litorâneos paranaense, mas que estes ainda estão focados na universalização da tecnologia, ou seja, na inclusão técnica que visa mais a manipulação da tecnologia em si e não a sua apropriação crítica. A inclusão técnica é importante, mas é necessário que as outras inclusões sejam fomentadas. Não há possibilidade de desenvolver o processo de inteligência coletiva se o foco estiver apenas na inclusão técnica. Se faz necessário que as inclusões cognitiva e econômica

sejam implementadas, para que a apropriação crítica da tecnologia seja alcançada, corroborando com o processo de inteligência coletiva, que há tanto se almeja alcançar.

É necessário que o setor público, o setor privado e terceiro setor se unam na soma de esforços para tornar a sociedade mais justa, diminuindo o número de pessoas excluídas das benefícios que as novas tecnologias da informação e comunicação podem oferecer. A inclusão digital é uma das possibilidades para redução da exclusão social. Seguindo essa linha de pensamento, compreende-se a necessidade de ações mais efetivas das políticas públicas que vêm sendo implementadas para a redução da exclusão digital no litoral paranaense.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, L.B. & Paula, L.G. (2005). O retrato da exclusão digital na sociedade brasileira. *Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação*, 2(1), 55-67.
- Almeida, J.B.O., Jr. (1994). O estudo como forma de pesquisa. Carvalho, M. C. M. (Eds.). *Construindo o saber: metodologia científica – fundamentos e técnicas* (pp 97-118). Campinas, SP.: Papirus.
- Bericat, E. (1998). *La integración de los métodos quantitativo y cualitativo en la investigación social. Significado y medida*. Barcelona, CT.: Editorial Ariel.
- Costa, L.F. (2011). Novas tecnologias e inclusão digital: criação de um modelo de análise. Bonilla, M.H.S. & Pretto, N.L. (Eds.). *Inclusão digital: polêmica contemporânea*. Salvador, BA: EDUFBA.
- Elias, N. & Scotson, J.L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Estades, N.P. (2003). O litoral do Paraná: entre a riqueza e a pobreza social. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 8, p. 25-41.
- Helou, A.R.H., Lenzi, G.K.S., Abreu, A.D., Saiss, G., Santos, N. (2011). Políticas públicas de inclusão digital. *Renote*, 9(1), p. 1-10.
- Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (2010). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*. Rio de Janeiro, RJ.: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. (s.f.) *Mapa da inclusão digital*. Recuperado el 15 de julio de 2013, de <http://inclusao.ibict.br/mid/mid.php>.
- Lemos, A. (2004). Cibercidade: um modelo de inteligência coletiva. Lemos, André. (Ed.) *Cibercidade: a cidade na cibercultura*. Rio de Janeiro, RJ.: E-papers.
- Lemos, A. & Costa, L.F. (2005). Um modelo de inclusão digital: o caso da cidade de Salvador. *Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, 8(6).

- Mattos, F.A.M. & Chagas, G.J.N. (2008). Desafios para a inclusão digital no Brasil. *Perspectivas da Ciência da Informação*, 13(1), p. 67-94.
- Mattos, F.A.M. & Santos, B.D.D.R. (2009). Sociedade da informação e inclusão digital: uma análise crítica. *Liinc em Revista*, 5(1), p. 117-132.
- Ministério da Ciência e Tecnologia. (s.f.). *Programa Nacional de Inclusão Digital*. Recuperado el 18 junio de 2013, de <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/307525.html>
- Rocha, S. (2000). *Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do plano real*. Rio de Janeiro, RJ.: IPEA.
- Schwarzelmüller, A.F. (2010). *Inclusão digital: uma abordagem alternativa*. Recuperado el 15 junio de 2013, de <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/SCHWARZELMULLER%20Inclusao%20digital%20uma%20abordagem%20alternativa.pdf>.
- Secretaria do Turismo (s.f.). *Plano estratégico de desenvolvimento do turismo regional 2008-2011: região turística litoral do Paraná-Brasil, 2008*. Recuperado el 20 junio de 2013, de <http://www.setu.pr.gov.br>
- Silva, C.L. & Bassi, N.S.S. (2012) Políticas públicas e desenvolvimento local. Silva, C.L.S. (Eds.). *Políticas Públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil*. (pp. 15-38), Petrópolis, RJ.: Vozes.
- Souza, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 16, p. 20-45.
- Takasahi, T. (Ed). (2000). *Livro Verde da Sociedade da Informação*. Brasília, DF.: Ministério da Ciência e Tecnologia
- Vicentin, I.C. (2012). Governo eletrônico. Silva, C.L.S. (Ed.). *Políticas Públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil*.(pp.127-150), Petrópolis, RJ.: Vozes.